

Política

— CRISE —

ULYSSES: PARLAMENTARISMO EM 1989.

A articulação daria cinco anos para Sarney, que teria de nomear — já em janeiro do ano que vem — o seu primeiro-ministro. O mais cotado: Ulysses.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, apesar dos desmentidos, está coordenando a aprovação do parlamentarismo com mandato de cinco anos para Sarney. O novo sistema entraria em vigor em janeiro do próximo ano e, em novembro, haveria a sucessão presidencial. Já em janeiro Sarney seria chefe de Estado, indicando o primeiro-ministro — Ulysses seria o mais cotado.

As informações foram confirmadas por vários parlamentares influentes do PMDB. Um deles assegurou, inclusive, que Ulysses Guimarães deu conhecimento a Sarney, no café da manhã de terça-feira, que na sua avaliação deve ser aprovado o parlamentarismo e, assim, seria conveniente assegurar o pleito em 89.

Coincidência ou não, a tese do parlamentarismo com eleições presidenciais em 89 é a mesma que vem sendo defendida pelo ministro Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e por seu vice-líder Ubiratan Aguiar, todos notoriamente ligados a Ulysses.

Para os principais coordenadores do parlamentarismo, porém, a melhor tática é não provocar, agora, o debate sobre a duração do mandato do atual presidente. Acha que a prioridade é votar apenas o sistema de governo.

Se aprovado o parlamentarismo, como acreditam, haveria melhores condições de se garantir o mandato de cinco anos — "solução que não provocaria crise no governo", segundo um deles.

Ainda ontem os líderes Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Pimenta da Veiga, entre outros, observaram que não pretendem, neste momento, discutir quatro ou cinco anos. "Vamos lutar pelo parlamentarismo. Se aprovado, tudo bem. Não é importante um ano a mais ou a menos ao atual presidente. Importante é alterar o sistema", disse Fernando Henrique, após um longo e reservado encontro com Ulysses Guimarães.

De sua parte, Ulysses Guimarães pretende mesmo separar a votação da forma de governo da do mandato dos futuros presidentes da República, para ampliar o espaço de tempo para negociações em torno das duas questões. A separação é meramente política, sem consequências regimentais, pois os dois temas são tratados em diferentes artigos do anteprojeto de Carta, seja da proposta da Sistematização, seja das emendas presidencialistas.

Discussão isolada

Ulysses disse ontem ao governador do Paraná, Alvaro Dias, que a maioria da Constituinte defende essa discussão isolada dos dois temas, mesmo porque muitos acreditam que será mais fácil negociar em torno do mandato depois de definido o sistema de governo a ser adotado no País. Pessoalmente, segundo Alvaro Dias, Ulysses está certo de que o resultado da votação do sistema de governo influenciará na decisão dos constituintes quando for analisado o mandato do presidente Sarney.

No encontro, realizado em seu gabinete, Ulysses não quis explicar de que forma o resultado da votação do sistema poderia influenciar na decisão sobre o mandato. Para o governador Alvaro Dias, caso a Constituinte decida pelo parlamentarismo, será consequentemente aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, tese que é contrária à da maioria dos congressistas, que apostam na decisão por quatro anos.

Presidencialista e defensor dos cinco anos para Sarney, Alvaro Dias explicou que tenta influenciar a bancada paranaense na Constituinte para que vote nesse sentido, mas recebeu de Ulysses Guimarães uma advertência: "Os parlamentaristas estão trabalhando duramente". Mas isso não significa que o parlamentarismo já tem votos suficientes para aprovação no plenário. Segundo Alvaro Dias, Ulysses disse que "as opiniões são muito flutuantes, sendo impossível fazer previsões quanto ao resultado da votação".

Mas, se os parlamentaristas estão atacando duro, certamente o Planalto não está de braços cruzados. Diversos constituintes confirmaram que o Palácio montou um "esquema" para pressionar os indecisos: "É trabalho de governo mesmo", disse um parlamentar, que sentiu o ambiente palaciano, pró-cinco anos e presidencialista.

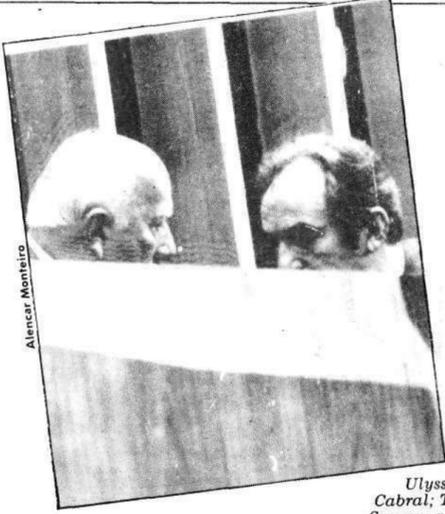
De sua parte, Alvaro Dias reafirmou a Ulysses suas restrições ao parlamentarismo: "Não temos nem mesmo um modelo eleitoral, uma burocracia profissionalizada ou uma administração pública adequada à instalação do modelo parlamentarista de governo", disse, defendendo, ainda — como o assessor do presidente Sarney, Thales Ramalho —, a realização de um plebiscito caso seja aprovada a mudança de sistema (veja ao lado).

A pretendida separação da votação do tempo de mandato e do sistema de governo não representará qualquer modificação regimental. A rigor, não há necessidade de nenhuma providência para criar um intervalo entre as duas votações, bastando apenas que elas sejam realizadas em dias diferentes. Se depender do deputado Ulysses Guimarães, haverá uma separação de seis dias.

O artigo 90 do projeto da Sistematização dispõe que o presidente da República é o chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir a unidade, a independência, a defesa nacional e o livre exercício das instituições democráticas. No sistema presidencialista, o presidente da República é chefe do Executivo, portanto exerce as funções de chefe de Estado e de Governo.

O mandato do presidente da República será definido na votação do artigo 93 do anteprojeto da Sistematização, que fixa sua duração em cinco anos, mas naturalmente como chefe de Estado, no sistema parlamentarista. Entre os dois artigos existe, para serem votados, quatro parágrafos e dois artigos — o 91, que dispõe sobre a eleição do presidente da República, e o 92, que define as regras da sua posse e respectivo compromisso perante o Congresso Nacional. Os parágrafos tratam das regras eleitorais para o cargo de presidente e da sua posse.

Portanto, haverá tempo para a negociação sobre a duração do mandato depois da definição da forma de governo, o que é considerado pelo líder Fernando Henrique Cardoso como uma medida sensata. Conforme o parlamentar, o espaço de tempo entre as duas votações permitirá a polarização das posições, bem como a definição dos parlamentaristas e presidencialistas.



Ulysses com Cabral; Thales com Sarney: articulações.



Arquivo

THALES: PLEBISCITO JÁ.

O assessor especial do presidente José Sarney, Thales Ramalho, se reúne hoje com o deputado Ulysses Guimarães para dizer que se for aprovado o parlamentarismo na Assembleia Constituinte, o governo se verá obrigado a encampar a proposta de submeter o novo regime ao crivo popular, através de um plebiscito nacional. Ontem, à noite, Thales e Sarney articularam, no Palácio do Planalto, os argumentos para a investida final do Executivo em defesa do presidencialismo com cinco anos de mandato para o atual e os futuros presidentes.

A tese do plebiscito ganhou força no Planalto quando se constatou um avanço progressivo do parlamentarismo como forma de governo a ser negociada com Sarney

em troca do mandato de cinco anos. Presidencialista e pelos cinco anos, Thales espera convencer Ulysses Guimarães dos riscos que a seu ver oferece à transição democrática a realização de eleições presidenciais este ano.

Para reforçar a argumentação do assessor especial da Presidência, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), considerou "uma questão de ética" convocar um plebiscito nacional se o presidencialismo for derrotado, segundo o líder, a Constituinte é soberana para mudar o regime, mas, ao fazê-lo, tem o dever de submeter a decisão à sociedade, já que os constituintes deixarão de ser simples legisladores e serão transformados,

automaticamente, em governantes.

O mesmo disse o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), acrescentando que, no caso de uma mudança súbita de regime de governo, o coerente seria, também a convocação de eleições gerais, renovando todo o parlamento, que a partir de então teria funções não só de legislar, mas de governar também.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), por sua vez, não vê o plebiscito como uma forma de pressão do Planalto sobre a Constituinte, pois, segundo afirmou, existe dentro do PMDB um entendimento de que se deve consultar toda a população se o País passar do presidencialismo ao parlamentarismo.

Dez chances de criar monstros

Por Carlos Chagas

O que vai acontecer, ninguém sabe. Pode até não acontecer nada, o que ficaria pior ainda, como se verá. Em dois ou três dias a Assembleia Nacional Constituinte estará discutindo o sistema de governo e a duração dos mandatos presidenciais. Até agora, apesar de ligeira tendência presidencialista, ignora-se o real comportamento do plenário. Estamos naquela situação em que, colocados gatos e cachorros num quarto escuro, talvez saia um elefante. Parlamentarismo para ser implantado imediatamente? Com quatro ou cinco anos para os presidentes da República? Presidencialismo com mandato igual para os presidentes? Um sistema misto, meio parlamentarista, meio presidencialista? Multiplique-se todas as hipóteses e elas vão ao infinito. Vale examinar as principais.

1 — **Presidencialismo com cinco anos para todos os presidentes da República, inclusive Sarney** — Nesse caso, o Palácio do Planalto entra em festa. Depois das comemorações, talvez o presidente se disponha a iniciar nova fase de seu governo, com a adoção de múltiplas medidas na economia e nas finanças, mesmo impopulares, destinadas a tirar o País da beira da hiperinflação, do marasmo econômico e do retrocesso social. Seu mandato estendido até 15 de março de 1990 faria esfriar as preliminares da campanha presidencial, certamente alijaria Ulysses Guimarães do páreo e determinaria briga de foice no PMDB, com Orestes Quércia, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Alvaro Dias se digladiando pelo controle da legenda, no ano que vem. Leonel Brizola prosseguiria em postura de oposição permanente à Nova República, Luís Inácio da Silva continuaria em peregrinação sucessória e o PFL teria condições de reciclar-se, ou de desaparecer. Não estaria fora de propósito o governo tentar a criação de um novo partido, reunindo o Centrão, quase todos os liberais, o antigo PDS e adjacências. Resta saber se o País agüentaria impacto assim.

2 — **Presidencialismo com quatro anos para todos os presidentes, inclusive Sarney** — A campanha presidencial começaria um minuto depois da aprovação da emenda, bem antes de promulgação da nova Constituição. Ulysses Guimarães certamente venceria a convenção do PMDB, o que nada teria a ver com a vitória nas urnas, com Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva correndo em faixas próprias e radicalizadas. O PFL ficaria em palcos de aranha para escolher entre Aureliano Chaves e Antônio Ermírio de Moraes, o general Andrada Serpa talvez não fosse o único militar a disputar a sucessão, ameaçada pela sombra do general João Figueiredo, ex-esquecido. Enquanto isso, mesmo se quisesse, o governo nada poderia realizar, conformando-se em contar o pouco tempo para sair. Muitos ministros abandonariam o barco, passando-se para Ulysses Guimarães. A crise econômica precisaria ficar em banho-maria até a posse do eleito, em 15 de março

do ano que vem. Também é preciso indagar se o País suportaria o interregno, apesar de as campanhas presidenciais sempre acenderem esperanças, geralmente falsas.

3 — **Presidencialismo com cinco anos para todos os presidentes, menos para Sarney, que ficaria com quatro** — Seria a fórmula mais explosiva. O atual presidente sentir-se-ia humilhado e não teria como deixar de reagir, em meio às campanhas sucessórias deflagradas pelos personagens já citados. Há quem suponha os ministros militares avançando ainda mais e exigindo do Palácio do Planalto a convocação de eleições gerais. Já que o presidente da República teve seu mandato reduzido por conta do novo quadro institucional criado pela Assembleia Nacional Constituinte, seria a hora de passar a borracha (escolar) em tudo. Mas se o Congresso rejeitasse a convocação de eleições gerais, como certamente rejeitaria, como resolver o impasse, ainda mais em meio à desagregação institucional e ao pandemônio? Difícilmente a economia deixaria de ficar pior do que está, concluindo-se, sem a menor dúvida, que o País terminaria implodido.

4 — **Parlamentarismo com cinco anos para todos os presidentes, implantado logo após a promulgação da nova Constituição, talvez em junho** — Nessa hipótese, Sarney teria de alugar meio Palácio do Planalto (ou mais?) para o dr. Ulysses Guimarães, que se transformaria no primeiro-ministro todopoderoso. Também não seria o ideal para o presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB, que, mais ainda, acabaria apontado como responsável pelas agruras nacionais. Em paralelo, o presidente José Sarney repassaria para ele todas as queixas, reclamações e sucedâneos que recebesse. Afinal, chefe do Estado não é chefe do governo. O sistema não funcionaria, dada a peculiaridade do projeto a entrar em discussão, que concede pequenos poderes ao presidente da República, mas capazes de paralisar a administração se ele estiver em choque com o primeiro-ministro. Pior para a economia e, com certeza, para o País, que assistiria de imediato à contestação do parlamentarismo, antes até da abertura da campanha presidencial de 1989.

5 — **Parlamentarismo com quatro anos para todos os presidentes, implantado logo após a promulgação da nova Constituição, em junho** — O mesmo quadro do parágrafo anterior, só que mais agravado. Ulysses brigaria com José Sarney até 15 de março do próximo ano. Depois, talvez tivesse que brigar com Leonel Brizola ou Antônio Ermírio de Moraes, situação bem pior, isso se também não se candidatasse à rainha da Inglaterra, perdão, a presidente da República. Escaparia da confusão o presidente José Sarney, mesmo com o mandato reduzido, que decorridas poucas semanas do novo sistema ele não fosse forçado a tornar-se o Bordaberry brasileiro, por ação das Forças Armadas? E, ironicamente, até com o apoio da opinião pública, que rejeita o parlamentarismo.

6 — **Parlamentarismo com quatro anos para todos os presidentes, mas implantado só ao final do mandato de José Sarney** — A alternativa não deixa tão mal o atual presidente, que manteria seus poderes plenos até 15 de março de 1989. Talvez venha a deixar o País na pior. Porque, sem poder realizar nada, a Sarney só restaria repetir a piada do barritone, de abaixo de vaias, saiu do teatro às gargalhadas. Perguntado, explicou por que: vocês ainda não viram o tenor que vem depois de mim. O tenor, no caso, seria o parlamentarismo, ainda mais se eleito em novembro um presidente que contestasse o novo sistema e pretendesse, desde a campanha, melar o jogo e paralisar o País, na batalha para a recuperação de seus poderes. Do estado da economia, nem se fala.

7 — **Parlamentarismo com cinco anos para todos os presidentes, mas implantado só ao final do mandato de José Sarney** — Trata-se de fórmula mais cômoda para o presidente, mas quase igual à anterior em termos de crise institucional, apenas adiada em um ano. Sarney disporia de tempo para adotar medidas de recuperação nacional, ainda que se ignore o sucesso delas. O interregno poderia favorecer um movimento nacional em favor da revogação do sistema ainda não implantado. Obviamente, com todas as decorrências de desmoralização institucional. Continuando com Sarney até 15 de março de 1990, mas diante da perspectiva de assistir o choque entre o seu sucessor e um primeiro-ministro por enquanto imperscrutável, saído do PMDB, o quadro também é trágico.

8 — **Parlamentarismo com quatro anos para os presidentes, implantado ao final de seus mandatos ou imediatamente após a promulgação da nova Constituição, mas dependente de um plebiscito nacional** — Nessa hipótese, não haveria parlamentarismo.

9 — **Adoção de um sistema misto, parlamentarismo-presidencialista ou presidencialismo-parlamentarista** — Além do caos, seria o ridículo, o Brasil mais uma vez dando lições para o mundo. Algo inexequível na prática, mas aberto à teoria matreira dos constituintes. O fim da economia e, quem sabe, em algum tempo, do País.

10 — **"Buraco negro" permanente** — Abre-se a alternativa para o caso de a Assembleia Nacional Constituinte não chegar a lugar algum, quanto a sistema de governo e mandato presidencial. Nenhuma das possibilidades acima apresentadas contaria com 280 votos de deputados e senadores e eles permaneceriam em sessão permanente por semanas, meses ou até anos, sem qualquer conclusão. Aqui, logo apareceria a sugestão de iluminar o "buraco negro" com a luz de bombas ou obuses de napalm, por obra de algum urutu...

Caiado: eleições este ano.

O presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, defendeu ontem, em Brasília, as eleições gerais, para qualquer regime de governo, após a promulgação da nova Constituição. Caiado acha que as eleições gerais são necessárias, mesmo que seja adotado o parlamentarismo, porque os atuais deputados e senadores foram eleitos para escrever a Constituição, e outra eleição deve ser feita para escolher os que vão governar. Em sua opinião, o sistema de governo deve continuar sendo presidencialista, apesar de o parlamentarismo ser mais moderno. Segundo Caiado,

o Brasil não tem as condições mínimas exigidas para a troca do regime, mas deve caminhar para o parlamentarismo no futuro. E ele anunciou uma nova ofensiva da UDR sobre a Constituinte: 500 mil ruralistas vão a Brasília, para defender as teses da livre iniciativa nas votações em plenário.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) advertiu ontem que se for aprovada a tese de um sistema parlamentarista com Congresso Nacional forte, com poderes até para anular atos do governo, haverá um golpe em seis meses ou, no máximo, um ano. "O País não terá tranquilidade política, haverá uma instabilidade muito grande e caminharíamos para uma crise institucional de regime, porque não há presidente, em regime presidencialista, que agüente um confronto com o Congresso por muito tempo", disse a deputada. Mas ela foi contestada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE):

"É preciso um Congresso fiscalizador, que tenha poder, senão haverá uma ditadura do Executivo", disse. O deputado José Genoíno (PT-SP) achou que Sandra Cavalcanti está fazendo coro à chantagem política, que usa o golpe para ameaçar. José Lourenço (PFL-BA) disse que a instabilidade virá com o parlamentarismo.

Sandra: golpe em seis meses.

A votação, adiada para a semana que vem.

O sistema de governo será votado apenas na próxima semana. Diante da convocação generalizada de que não seria prudente levar a questão ao voto no final desta semana, o senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista, solicitou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o adiamento da votação para segunda ou terça-feira.



Apesar do temor de que não haja quórum para a análise da matéria — o que poderia criar o "buraco negro" caso nenhuma das tendências atinja os 280 votos necessários para aprovação ou rejeição —, Ulysses disse que se dependesse dele "o assunto seria votado ontem". Mas o deputado explicou que a decisão não é apenas sua: "Não depende de mim. São 559 pessoas", disse, ao afirmar que havia mantido a convocação para a sessão do final da semana.

"Disse ao presidente da Constituinte que havia um apelo generalizado de que, na hipótese do assunto ficar para o final da semana, ser remetido para votação na segunda ou terça", explicou Humberto Lucena, acrescentando que "um assunto de transcendental importância como o sistema de governo não pode ficar submetido a problemas de quórum", já que no final de semana dificilmente os constituintes ficam em Brasília: "Ninguém segura esse pessoal", disse o senador.

"É impossível votar o sistema de governo até sexta-feira e é mais seguro, nesse caso, votar o tema na próxima semana", explicou o relator-auxiliar, senador José Fogaça. Também consultado, o senador José Richa disse que achava difícil concluir os temas anteriores ao sistema de governo até sexta-feira: "A votação do Poder Legislativo vai tomar o tempo pelo menos até sexta-feira à noite", disse.

De qualquer modo, o adiamento agrada tanto parlamentaristas quanto presidencialistas: ambos os grupos terão mais tempo para procurar novas adesões, já que ninguém está seguro do resultado da votação em plenário, apesar de todos cantarem vitória antecipada.

Os presidencialistas, em reunião realizada ontem anunciaram avanço nos números da pesquisa realizada pelo deputado Milton Reis (PMDB-MG). Segundo esta avaliação foram ouvidos 551 parlamentaristas e o resultado é de 284 presidencialistas, contra 235 parlamentaristas, 30 indecisos, um monarquista, uma abstenção, faltando ainda oito para serem ouvidos. Pela evolução dessa pesquisa, observa-se que de terça para quarta-feira, embora o número de indecisos tenha caído de 40 para 30, os presidencialistas só conseguiram aumentar dois votos, enquanto os parlamentaristas conseguiram mais oito adesões.

Os parlamentaristas, embora não anunciem seus números, fazem questão de dizer que a cada dia há presidencialistas que abandonam sua posição para aderir ao novo sistema de governo. E o caso, por exemplo, do deputado José Geraldo, que antes defendia o presidencialismo e agora apóia o parlamentarismo.

É o trabalho do lado parlamentarista é intenso. O senador José Richa, um dos coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário, almoçou ontem com a bancada do Estado do Rio, no apartamento do deputado Arthur da Távola (PMDB). A avaliação do resultado foi positiva, segundo os líderes do movimento, foram feitas algumas conquistas, inclusive de dois parlamentares do PL — bancada até então fechada com o presidencialismo: José Carlos Coutinho e Osvaldo Almeida.

E se o presidencialismo passar?

Parlamentaristas e presidencialistas ainda não chegaram a um acordo sobre como adaptar o capítulo das atribuições do Poder Legislativo, redigido para funcionamento no sistema de gabinete, caso o regime presidencialista venha a ser aprovado. Os parlamentaristas apresentam maiores dificuldades, enquanto os presidencialistas asseguram que a reação não passa de uma manobra, e que bastará apresentação de emendas no segundo turno, suprimindo todas as referências ao primeiro-ministro e as atribuições do Legislativo características do sistema de governo, para que a adaptação ocorra.

O relator-adjunto da Constituinte, deputado Konder Reis (PDS-SC), admite não saber ainda como essa revisão será feita caso o presidencialismo seja aprovado. Mas, a julgar pelo que dispõe o regimento interno da Assembleia, o parlamentarista acha que, além de emendas supressivas, será necessária a apresentação de emendas para sanar omissões, erros e contradições. O regimento interno também prevê as três hipóteses.

O deputado Antônio Mariz, outro relator-auxiliar da Constituinte, observa que a questão não é clara, mas admite que somente através de emendas, apresentadas antes do segundo turno de votação, será possível corrigir as impropriedades contidas no capítulo do Poder Legislativo, elaborado para o sistema parlamentarista, caso seja adotado o presidencialismo.

Haveria ainda necessidade de rever as atribuições da Câmara, previstas nos incisos I, II, III e IV da Seção III, do Título IV, capítulo I. O inciso I trata da Câmara dos Deputados, dispondo ser sua atribuição autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente da República, o primeiro-ministro e os ministros de Estado. A emenda seria para suprimir a referência ao primeiro-ministro. O inciso II da mesma seção refere-se à tomada de contas, pela Câmara, do primeiro-ministro, e o III dispõe sobre a aprovação da moção de censura e voto de confiança a ministros, do afastamento do primeiro-ministro, bem como da sua eleição.